

BERNARDETE FONTEBOM FILA COSTA

**UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO CONTROLE APLICADO NA GESTÃO DAS
EMPRESAS DE CONTABILIDADE**

Monografia apresentada, ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPr, como requisito para obtenção do título de especialista no curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças-2007.

Orientador.: Prof. Dr. Vicente Pacheco

CURITIBA

2008

RESUMO

Costa, Bernardete F.F. ESTUDO DO UMA CONTRIBUIÇÃO AO CONTROLE APLICADO NA GESTÃO DAS EMPRESAS DE CONTABILIDADE. Este trabalho tem como objetivo analisar as formas de controle existentes nas empresas de contabilidade de Curitiba/Pr e verificar seu impacto no resultado financeiro. Neste sentido, efetuou-se uma revisão da literatura, abordando temas inerentes ao controle nas organizações, seu processo, seus objetivos, acompanhado dos principais controles a serem aplicados nas empresas de contabilidade. Também foi focado o planejamento como umas das principais ferramentas de controle. Verificou-se que o conceito de controle mais adotado é que o controle é um processo pela qual se verifica a conformidade do realizado com o esperado. Para atender ao objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa em alguns escritórios de contabilidade, enfocando a influência do controle na lucratividade da empresa. Através da amostra da pesquisa foi possível perceber que, as empresas de contabilidade, na sua maioria, adotam poucos controles na gestão administrativa. Apesar de se esperar que o controle fosse impactante no resultado das empresas, a amostra da pesquisa demonstrou que não é possível afirmar categoricamente que o controle em maior quantidade tem relevância na rentabilidade das empresas de contabilidade. Embora o resultado da pesquisa não tenha confirmado a influência do controle no resultado das empresas, o estudo da literatura, revela que as empresas devem ser vistas como executoras de um conjunto de atividades, que necessitam de controle, ou seja, através da aplicação de um controle efetivo é que se propiciará as organizações garantirem sua continuidade com resultados eficazes.

Palavras-chave: Planejamento; controle; gestão; lucratividade; eficácia.

SUMÁRIO

RESUMO	ii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 TEMA /PROBLEMA	2
1.2 Objetivos	2
1.2.1 Objetivo Geral	2
1.2.2 Objetivos específicos	3
1.3 Justificativa	3
1.4. Metodologia	3
1.4.1 Abordagem da pesquisa	4
1.4.2 Classificação da pesquisa	4
1.4.3 Método da pesquisa	4
1.4.4 Técnicas utilizadas	4
1.4.5 População e amostra	4
1.4.6 Análise e Sistematização	4
2. REFERENCIAL TEORICO DO ESTUDO	6
2.1 CONTABILIDADE	6
2.1.1 Conceito De Contabilidade	6
2.1.2 Objetivos da Contabilidade	7
2.1.3 Aspectos Legais da Contabilidade	8
2.2 Organizações Contábeis	14
2.2.1 Estrutura típica das organizações contábeis	14
2.2.2 Áreas de atuação	15

2.2.3 Formas de organização	17
2.3 Controle	19
2.3.1 Considerações básicas sobre o controle	19
2.3.2 O controle nas organizações	20
2.3.2.1 Processo de controle	21
2.3.2.2 Objetivos do controle nas organizações	23
2.3.2.3 Controle e planejamento	23
2.3.2.4 Orçamento	24
2.3.2.4.1 Tipos de orçamentos	25
2.4 Principais Controles Aplicados nas Empresas Contábeis.	26
2.4.1 Contabilidade	26
2.4.2 Relatórios gerenciais	26
2.4.3 Apuração do Custo dos Serviços	27
2.4.4 Contrato de prestação de serviços	29
2.4.5 Cobrança	29
2.4.6 Arquivo de documentos	31
2.4.7 Planejamento empresas contábeis	33
3. ANALISE DOS DADOS	38
3.1 Empresas Pesquisadas	38
3.1.1 Quantidade de clientes	39
3.1.2 Faturamento da amostra.	40
3.1.3 Custos e despesas da amostra.	41
3.1.4 Lucratividade das empresas pesquisadas.	42
3.1.5 Controle nas empresas pesquisadas.	43

3.1.6 Comparativo do Controle x Lucratividade das empresas pesquisadas.	44
4 CONCLUSÃO	46
5 REFERENCIAS	49
<u>APENDICE A – QUESTIONARIO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS</u>	<u>51</u>

1. INTRODUÇÃO

Quando determinadas pessoas decidem construir uma organização, acredita-se que seu objetivo essencial é o sucesso, seja ele financeiro ou de crescimento.

Esta expectativa essencial pode acontecer rapidamente ou não, pois existem vários fatores que poderão influenciá-la.

É comumente aceito que uma das principais ferramentas que podem influenciar e possibilitar atingir estes objetivos é o controle, pois este propiciaria a verificação dos resultados das empresas, levando o empresário a uma melhor tomada de decisões no seu negócio.

Mosimann e Fisch (1999, p.70) comentam a afirmação de Besta.

"Se todo aquele que tem ação direta ou indireta na administração de uma empresa tivesse honestidade plena, memória perfeita e inteligência suficiente para saber, em qualquer momento, que coisa lhe competia fazer em benefício daquela, e não houvesse necessidade de estímulos para ação, ou de freios para nada fazer em excesso, a administração poderia desenvolver-se sem o controle".

As empresas são no entendimento acima citado, dependente de que haja uma verificação continua do rumo das ações que diariamente ocorrem no seu bojo, para que essa dependência seja satisfeita, faz-se necessário que as definições sejam as mais claras possíveis, lançando assim os fundamentos em que irá se basear grande parte do controle.

Assim tem-se o controle como elemento indissociável dos objetivos das organizações, pois seria o elemento que permitiria as empresas desenvolverem, ou sobre outra ótica as organizações, que não possuam controle teriam maiores dificuldades em terem lucros.

1.1 TEMA /PROBLEMA

Na gestão empresarial a velocidade das mudanças é grande, e os gestores precisam tomar decisões cada vez mais rápidas e eficazes, para isso precisam contar com um conjunto de informações sobre o negócio e o cenário econômico onde estão inseridos.

Partindo do pressuposto que existe uma necessidade de informações corretas, que um dos fatores que pode possibilitar atingir estes objetivos é o controle, sugere-se como tema deste trabalho: OS CONTROLES APLICADOS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS NA GRANDE CURITIBA/PR e como o problema: COMO O CONTROLE PODE IMPACTAR O DESEMPENHO NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS DE CURITIBA?

1.2 Objetivos

Diante do problema levantado quanto aos controles aplicados nas empresas de Contabilidade tenta-se neste trabalho demonstrar os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar quais as formas de controles existentes nas empresas de contabilidade na grande Curitiba/Pr.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Pesquisar na literatura o conceito de controle.
- b) Identificar se o controle está sendo utilizado pelas empresas contábeis como ferramenta de gestão empresarial.
- c) Verificar se o controle influencia no resultado financeiro das empresas de contabilidade.

1.3 Justificativa

A realização do presente estudo justifica-se pela necessidade de uma revisão dos procedimentos de gestão, atualmente adotado, pelos administradores das principais empresas de contabilidade em relação à aplicabilidade de seus controles e do retorno financeiro que estes podem propiciar.

O estudo poderá possibilitar uma visão mais clara do impacto do uso do controle para os gestores das organizações contábeis.

A pesquisa nos moldes proposta, ou seja, investigar a aplicação do controle nas organizações contábeis e seu respectivo impacto no desempenho econômico, servirá como um referencial pedagógico e de futuras pesquisas e até mesmo podendo servir como parte da disciplina nos cursos de ciências contábeis.

1.4. Metodologia

Entende-se por metodologia o estudo do método na busca de determinado conhecimento. Demo (2001, p. 19), cita que a metodologia “é uma preocupação

instrumental trata das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos”.

1.4.1 Abordagem da pesquisa

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois seu objetivo não tem preocupação em medir os dados coletados.

1.4.2 Classificação da pesquisa

A pesquisa foi exploratória, objetivando tornar o problema mais explícito, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

1.4.3 Método da pesquisa

Quanto ao método da pesquisa, se classificou como pesquisa de campo, tendo em vista a coleta de informações da população escolhida.

1.4.4 Técnicas utilizadas

Na realização da pesquisa foram utilizados questionários com intuito de levar os pesquisador ao atendimento dos objetivos definidos.

1.4.5 População e amostra

A população objeto da pesquisa, foram às empresas de contabilidade sediadas no município de Curitiba/Pr, desta população foram selecionadas aleatoriamente uma amostra com base na lista telefônica sem nenhuma classificação ou seleção prévia.

1.4.6 Análise e Sistematização

Na primeira etapa realizou-se a pesquisa bibliográfica com o seguinte roteiro:

- a) Levantamento das publicações sobre o assunto nas bibliotecas;
- b) Seleção das fontes de referências;
- c) Consulta a dicionários técnico-científicos;
- d) Pesquisa bibliográfica propriamente dita.

Na segunda etapa foi realizada a coleta de dados, através da elaboração de questionários, com questões fechadas, realizado pelo pesquisador, que foram enviados nos meses de abril e maio de 2008, através de correspondências eletrônicas, para uma amostra de empresas de contabilidade de CURITIBA/PR.

Posteriormente foram feitas a tabulação, comparação e análise dos dados coletados, com a pesquisa bibliográfica utilizada.

Finalmente apresentou-se a conclusão da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEORICO DO ESTUDO

2.1 CONTABILIDADE

2.1.1 Conceito De Contabilidade

A preocupação que o homem tem de cuidar de seus bens não é de hoje, “historiadores afirmam que a existem sinais objetivos da existência das contas aproximadamente 2.000 a.C.” Indícibus de Sérgio (2004, p. 34).

É próprio do ser humano querer sempre aumentar a sua riqueza, saber o, quanto tem e como poderá obter mais.

Através de relatórios contábeis, os interessados, recordam os fatos acontecidos, analisam os fatos obtidos, as causa que levaram àqueles resultados e tomam as decisões em relação ao futuro.

Conforme ensina a Enciclopédia Contábil Brasileira (1968, p. 168) “contabilidade é definida como sendo o conjunto das leis, normas e princípios, com a finalidade de estudar e registrar todos os atos e fatos ligados a uma empresa administrativa”.

A Contabilidade é uma ciência que estuda e pratica funções de controle e de registros relativos aos atos da administração e da economia, segundo definição postulada no I Congresso Brasileiro da Contabilidade.

Já H. Franco citado por Futida e Rosa (2005, p. 77), considera Contabilidade a ciência que estuda e controla o patrimônio das empresas, mediante registro, a

demonstração expositiva e a demonstração dos fatos neles ocorridos, com fim de oferecer informação sobre sua composição e suas variações, como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

De acordo com Milton A. Water também citado por Futida e Rosa (2005, p. 77) lembra que, “em relação a qualquer atividade econômica, com ou sem fins lucrativos, a contabilidade assume importância relevante no contexto da administração do patrimônio”.

Os postulados da contabilidade, compreendendo os princípios, convenções, normas e procedimentos, geram instrumentos úteis para registro e análise das informações destinadas à avaliação do patrimônio e de suas mutações durante o período.

2.1.2 Objetivos da Contabilidade

A contabilidade tem como objeto o patrimônio, e conseqüentemente pode se considerar como objetivo científico à correta representação e a apreensão e análise das causas das suas mutações.

Já sob ótica pragmática, a aplicação da contabilidade a uma entidade particularizada busca promover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômicos, financeiros e físicos do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos expressos sob forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

2.1.3 Aspectos Legais da Contabilidade

O exercício da profissão contábil pode ser realizado de duas formas ou na forma pessoal ou na forma empresarial.

O profissional contábil deve obedecer aos preceitos legais vigentes sobre a mesma, dentro deste conjunto de regras, leis e normas profissionais, destacam-se os princípios fundamentais de Contabilidade, que conforme prevê a resolução CFC (Conselho Fiscal de Contabilidade) nº 750/93, elencando-se em seu art. 3º conceituando-se nos seus artigos 4º ao 10º. São os seguintes:

a)1º - O Princípio da entidade:

“Art. 4º O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.”

Parágrafo único. O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

b) O princípio da continuidade

“Art. 5º A continuidade ou não da entidade, bem como sua vida defina ou provável, deve ser considerada quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativa e qualitativa”.

§ 1º A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazos determinados, previstos ou previsíveis “.

§ 2º A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, por efeito de relacionar diretamente à qualificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e do constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

c) 2º- O PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

“Art. 6º O princípio da oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram”.

Parágrafo único. Como resultado da observância do princípio da oportunidade:

I – desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua coerência;

II – o registro compreende os elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os aspectos físicos e monetários;

III – o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis a processo decisório da gestão.”“.

3º O PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

“Art. 7º Os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expresso a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou de composições no interior da entidade.

Parágrafo único. Do princípio do registro pelo valor original resulta:

I – a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes;

II – uma vez integrado no patrimônio, o bem direito ou obrigação não poderão ter alterado seus valores intrínsecos, admitindo-se tão somente, sua decomposição em elementos e ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais;

III – o valor original será mantido enquanto o componente permanecer como parte do patrimônio, inclusive quando da saída deste;

IV – os princípios da atualização monetária e do registro pelo valor original são compatíveis entre si e complementares, dado que o primeiro apenas atualiza e matem atualizado o valor de entrada;

V – o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos “.

4º - O PRINCÍPIO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

“Art. 8º Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.

Parágrafo único. São resultantes da adoção do princípio da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente com medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais (art. 7º), é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes do patrimônio e, por conseqüência, o do patrimônio líquido;

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de

indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

5º - O PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA

“Art. 9º As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem independentemente de recebimento ou pagamento”.

§ 1º O princípio da competência determina quando as alterações no ativo e no passivo resultam em aumento ou diminuição no patrimônio líquido, estabelecendo diretrizes para classificação das mutações patrimoniais, resultantes da observância do princípio da oportunidade.

§ 2º O reconhecimento simultâneo das receitas e das despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.

§ 3º As receitas consideram-se realizadas:

I - nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidura na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados;

II – quando a extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.

III - pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.

IV – n recebimento efetivo de doações e subvenções.

§ 4º Consideram-se incorridas as despesas;

I – quando deixar de existir correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros;

II – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;

III – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

6º O PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA

Art. 10. O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a qualificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

§ 1º O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.

§ 2º Observando o disposto no art. 7º, o princípio da prudência somente se aplica às mutações posteriores, constituindo-se ordenamento indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

§ 3º A aplicação do princípio da prudência ganha ênfase quando, para definição dos valores às variações patrimoniais, devem ser feitas estimativas que envolvem incertezas de grau variável.

2.2 Organizações Contábeis

É necessário diferenciar empresa contábil de autônomo não estabelecido. O autônomo que presta serviços a algumas empresas em sua residência ou nas dependências de uma delas precisa legalizar sua situação no Conselho Regional de Contabilidade do seu Estado, comunicando e registrando seu escritório individual. Sua principal característica é ter um único proprietário.

Já as empresas de contabilidade são constituídas por dois ou mais contabilistas geralmente sob forma de responsabilidade limitada.

Tanto a empresa contábil como os escritórios individuais tem como objetivo prestar serviços de natureza contábil executando as informações patrimoniais de pessoas físicas e pessoas jurídicas.

Porém quando falamos em empresa contábil transmite-se uma melhor condição de status, podendo transmitir aos clientes uma maior segurança, devido à condição que esta se apresenta, como um conjunto de profissionais prontos para atender as necessidades.

2.2.1 Estrutura típica das organizações contábeis

Além de oferecer bons serviços, a empresa de contabilidade deve oferecer serviços diferenciados e adicionais.

Quando se tem um profissional com especialidades como consultor financeiro, contadores gerenciais, planejadores tributários, especialistas em tipos de negócios, a tendência é possuir maior credibilidade e maior aceitação quanto aos preços cobrados pelos seus serviços.

O local onde está instalada a empresa deve proporcionar aos clientes e colaboradores a facilidade de acesso para estacionar ou a existência de estacionamento próximo

É importante a existência de espaços suficientes para o desenvolvimento de todas as tarefas de uma empresa contábil e racional distribuição desse espaço. O normal é a divisão em departamentos: recepção, departamento pessoal, departamento fiscal, departamento contábil, expediente, arquivo, sala para os sócios, sala de reunião, sala de treinamento, copa/cozinha refeitório, área de serviços e banheiros.

Com o avanço tecnológico é indispensável a existência de equipamentos necessários ao bom funcionamento como microcomputadores, impressoras, modem, gravadores de cópia de segurança, e outros.

Além de móveis e utensílios, a empresa necessita de algumas instalações importantes, tais como: central telefônica, sistema de alarme para proteger seu patrimônio e principalmente os documentos que são patrimônio dos clientes.

2.2.2 Áreas de atuação

Com a crescente globalização, a necessidade de controlar e gerir empresas são cada vez maiores.

Devido à contabilidade ser um trabalho minucioso de análises das áreas fiscal, tributária e trabalhista de uma empresa, instituição ou entidade governamental, muitas empresas contratam organizações contábeis para prestar este tipo de serviços.

Atualmente as empresas de contabilidade destacam-se com trabalhos de planejamento organizacional, consultorias, auditorias.

Os produtos oferecidos por estas empresas podem ser elencados em três áreas de serviços: Fiscal, Trabalhista e Contábil. Figueiredo e Fabri (2000, p. 62).

Existem muitos serviços também oferecidos pelas empresas contábeis, entre eles, podem ser citados os seguintes, como mostra o quadro abaixo:

SERVIÇOS CONTÁBEIS	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	ATOS CONSTITUTIVOS SOCIETÁRIOS
Serviços básicos	Auditoria	Constituição
Escrituração Contábil	Auditoria Contábil	Firma Individual
Escrituração Fiscal	Auditoria Tributária	Sociedade Limitada
Serviço de Pessoal	Auditoria Trabalhista	Sociedade Anônima
	Auditoria de Estoques	
	Auditoria Operacional	
Diversos	Assessoria	Alterações
Elaboração de declaração do IRPF	Assessoria Contábil	Firma Individual
DIPJ – Declaração de Informações Econômicas-Fiscais	Assessoria Tributária	Sociedade Ltda.
Elaboração de Plano de Contas	Assessoria Trabalhista	Sociedade Anônima
Cálculo de Amortização / Depreciação	Assessoria Operacional	Atos Societários Especiais
Encerramento de Balanço	Análise Econômica Financeira	Transformação de Sociedade
Consolidação de Balanços	Análise Horizontal e Vertical	Cisão Patrimonial
	Análise de custos	Incorporação de Sociedade
Classificação, Análise e Revisão de Operações.	Análise Financeira de resultados	Fusão de Sociedade

Continuação

SERVIÇOS CONTÁBEIS	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	ATOS CONSTITUTIVOS SOCIETÁRIOS
Conciliação de Contas bancárias	Relatórios Gerenciais	
Implantação de controles	Consultoria Contábil Tributária e RH	
Preenchimento de cadastros	Consultas verbais	
Tombamento Patrimonial	Consultas Escritas	
	Emissão de parecer	
	Consultoria Contábil Tributária e Trabalhista	
	Perícia Judicial	
	Perícia Extra Judicial	
	Planejamento Contábil	
	Elaboração de Orçamento-Programa	
	Elaboração de retificações e Suplementação Orçamentárias	
	Orçamento Empresarial	

Fonte: Figueiredo e Fabri. Atlas 2000, p. 62.

2.2.3 Formas de organização

Depois de definido como será a estrutura da empresa, devemos considerar os aspectos relevantes para sua organização.

O recurso humano é de suma importância, pois é a qualidade dos serviços prestados, que poderá fazer a diferença na preferência do cliente.

.Por obrigação legal, as pessoas que executam as tarefas ligadas à contabilidade devem ser contadores, técnicos em contabilidade ou estudantes de contabilidade, para as tarefas de classificação contábil, com a supervisão de um contador ou técnico em contabilidade habilitado.

Não é somente o conhecimento técnico que se deve observar, mas também existem certas habilidade e atitudes que são essenciais: cooperação, bom-senso, responsabilidade, dedicação.

Sendo a contabilidade um trabalho que envolve pessoas, a motivação também faz a diferença.

Um profissional que é reconhecido por suas habilidades, seu salário é compatível com o mercado, sua satisfação será maior e conseqüentemente ele corresponderá com suas tarefas com maior eficácia.

Outro fator importante para o bom funcionamento da empresa contábil é a organização interna.

Entrada, saída e fluxo de documentos devem ser acompanhados de protocolos, identificados e registrados, mesmo uma simples guia de recolhimento, sem estar devidamente envelopada, não colabora com a imagem de eficiência e organização que se pretende transmitir ao cliente.

Um manual de procedimentos que descreve regras e métodos de trabalho, padroniza os serviços executados pelos funcionários, trazendo melhor qualidade.

2.3 Controle

2.3.1 Considerações básicas sobre o controle

“Etimologicamente a origem da palavra controle está no latim ligada aos radicais” rota “– roda”; rotulus “– rolo, cilindro (rolo de escritos, rol, lista)”; contra “– prefixo que exprime a idéia de oposição”; contra - rotulus “– contra-rolo, contralista”.Brisola Josué (1990, p.17).

O termo Latino fio incorporado pelo francês formado por contração de “contre – role” com significado de lista, rol, registro em duplicatas.

A expressão “registro de duplicata” traz a idéia de que em algum momento futuro tais registros devem ser confrontados para verificação de manutenção do estado original do primeiro registro.

O dicionário de língua portuguesa trás o significado do controle como sendo:

- a) Ato ou efeito de controlar; governo, domínio.
- b) Verificação administrativa, fiscalização.
- c) Dispositivo capaz de comandar qualquer máquina. Domínio de si mesmo.

Ao prestar atenção no cotidiano da vida das pessoas, podemos dizer que ela está de alguma forma exercendo o controle. Tomado como exemplo, o fato de ser acordado por um despertador, ou seja, o controle do relógio na sua vida.

O governo quando conduz um país ou região, exerce o domínio, colocando regulamentos, normas e regras que devem ser seguidas e controladas.

Para Indícibus de Sergio (1977, p.24),

”Controle pode ser conceituado, como um processo pelo qual a administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo de conformidade com os planos e políticas traçados pela administração”.

2.3.2 O controle nas organizações

“Nas organizações a função do controle é um meio pelo qual a administração consegue reunir elementos de comparação do desempenho real da organização com os planos e diretrizes definidas pela função de planejamento, para dirigir a organização no tempo, rumo os objetivos desejados”. Brisola (1990, p.78).

Para fazer esta comparação entre o desempenho real da organização, pode-se definir um sistema de padrão de controle.

Nakagawa Masayuki (1993, p.64) conceitua sistema de padrões com um modelo de avaliação e informação de eventos econômicos, relativos a um produto ou serviço mensurados em determinada data e mercado.

O controle para ser eficaz deve ser global, no entanto devemos considerar algumas premissas definidas por Guerreiro:

- a) Deve haver controle de atividades;

b) O controle deve ser executado nas áreas operacionais, na administração das áreas operacionais e na empresa como um todo;

c) Devem ser atribuídas às áreas de custos e receitas sobre as quais elas tenham efetivo controle;

d) Nas definições de funções devem ser considerados os aspectos de responsabilidade e autoridade, de forma a facilitar a atuação dos gestores e a eliminar “áreas cinzentas”.

e) Deve haver uma preocupação com a identificação e avaliação dos impactos das variações internas e das variáveis ambientais (inflação, alteração/ajustes de planos, volume, eficiência).

2.3.2.1 Processo de controle

Pode-se considerar o processo de controle como sendo um modelo de gestão voltada à abordagem sistêmica das organizações e diz respeito às atividades desenvolvidas pela controladoria, necessárias à geração de informações para o processo de tomada de decisões.

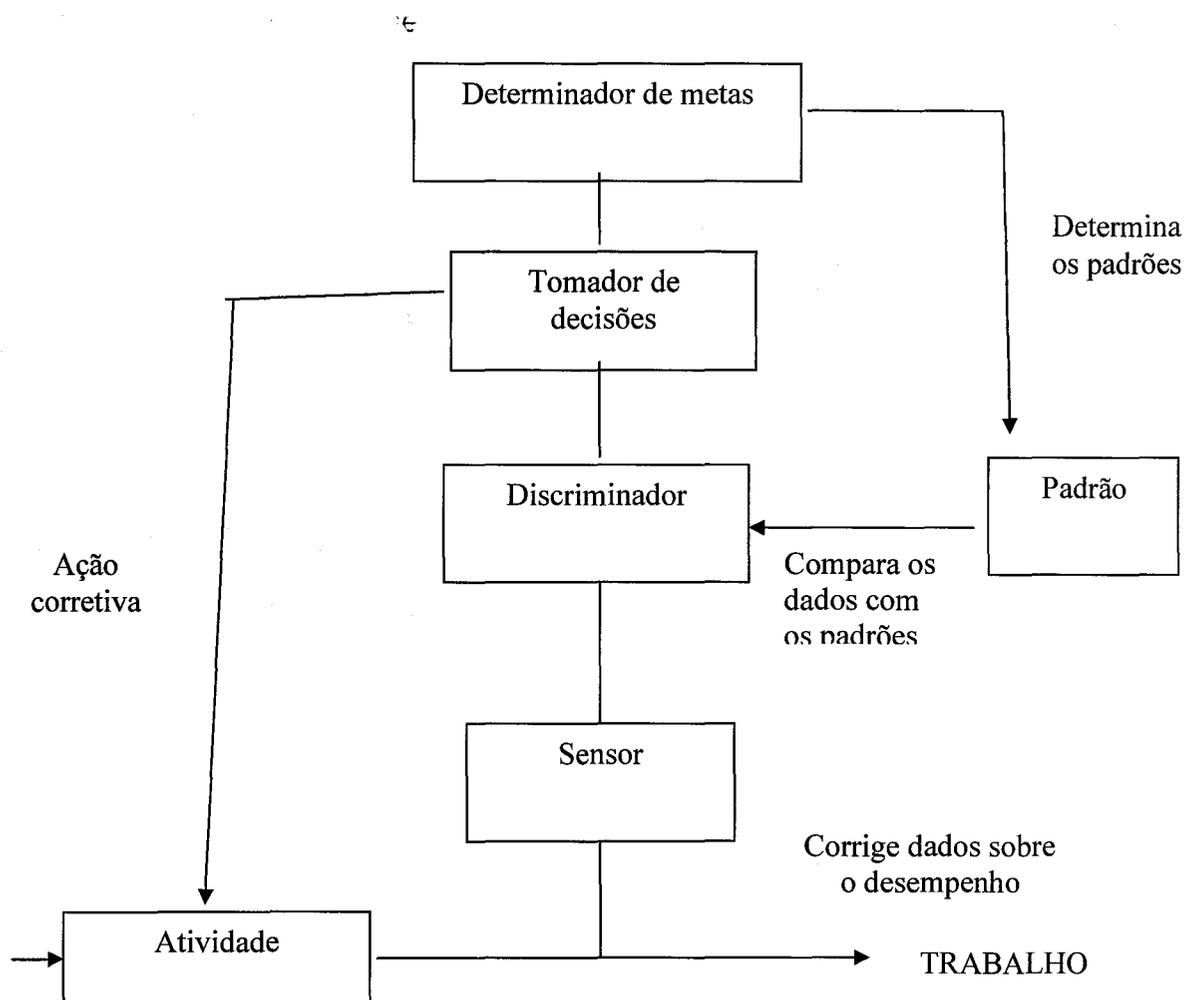
Litterer Joeph (1975, p.275) aborda três etapas fundamentais no processo de controle:

a) Sensor: é quando os fatos são percebidos, representa o ponto de coleta de dados.

b) Discriminador: é a fase de comparação dos dados coletados com o um padrão previamente estabelecido.

c) Tomador de decisões: é o elemento que deflagra a ação corretiva, determinando-lhe a direção. Corresponde às medidas escolhidas pelo gestor para corrigir as variações detectadas em conformidade com o padrão. Se estiver fora do limite do padrão, determina ação corretiva no desempenho em busca do padrão.

Este processo pode ser visualizado na figura abaixo:



Fonte: Litterer Joeph. Atlas.1975, p. 275.

2.3.2.2 Objetivos do controle nas organizações

Mosimann e Fisch (1999, p. 72) destacam os seguintes objetivos do controle nas organizações de acordo com Fernandez José Domingues, p.105:

- a) Verificar permanentemente os fatos;
- b) Oferecer segurança à administração, evidenciando se tudo está de acordo com os planos e diretrizes estabelecidas;
- c) Possibilitar a identificação de erros e ineficiências;
- d) Permitir pronta atuação do tomador de decisão, visando corrigir os desvios em relação ao plano original;
- e) Ser uma etapa do processo de gestão;
- f) Integra-se ao processo de planejamento e execução.

2.3.2.3 Controle e planejamento

Para que a empresa mantenha sua continuidade e garanta o cumprimento de sua missão, ela não pode esquecer que seu objetivo básico que é definir a direção da empresa e salvaguardar o seu patrimônio.

Através do planejamento se determina a estratégia, políticas operacionais que serão traduzidas nos padrões de controle.

Segundo Brisolla (1990, p.122) "Sem planejamento não há padrões, sem padrões não há controle e sem o controle não tem sentido".

Os padrões de controle são critérios, quantitativos ou qualitativos, através dos quais os resultados obtidos por uma empresa podem ser mensurados e avaliados.

Os padrões de controle podem ser divididos em duas categorias: Padrões de controle de origem interna e padrões de controle de origem externa.

Os padrões de origem interna são baseados em fatos anteriormente ocorridos na empresa, enquanto que os de origem externa são elaborados com base em resultados de outras empresas do mesmo setor.

A elaboração de padrões de controle requer pesquisa e planejamentos constantes, pois os padrões de controle devem ser dinâmicos, isto é, precisam ser revistos periodicamente para que acompanhem as mudanças conjunturais.

2.3.2.4 Orçamento

Para orientar a administração o planejamento pode ser constituído de orçamento, que auxiliarão a empresa a atingir a situação desejada.

Os orçamentos representam planos, objetivos e programas em termos numéricos, estabelecendo padrões, permitindo comparações entre o previsto e o realizado e a adoção das medidas corretivas. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA. Curitiba: UFPR, 2007.

Além de orientar a administração o orçamento, também representa instrumento eficaz de comunicação, coordenação e motivação.

O aspecto da comunicação o orçamento traduz os planos e desejos dos proprietários em linguagem comum interagindo para todas as pessoas envolvidas na organização.

Através da comunicação formal o orçamento permite que os planos se tornem claros, facilitando aos executores das tarefas, seu entendimento.

Como instrumento de coordenação, o planejamento age no sentido vértice-base da pirâmide organizacional, unindo e concatenando os diversos planos, Neste sentido os membros devem da organização devem participar da elaboração do orçamento, momento no qual irão entender como os planos e ações de outros setores afetam os seus e vice-versa.

O orçamento sendo flexível e dinâmico pode se transformar num elemento motivador, levando os gestores a se interessarem na obtenção de resultados positivos com base no que traçaram como metas de sua área de responsabilidade, desde que haja congruência de metas individuais e organizacionais, e relatórios complexos e oportunos.

2.3.2.4.1 Tipos de orçamentos

Os orçamentos podem ser evidenciados em três tipos:

a) Orçamento operacional é detalhado por natureza de receitas, despesas e elemento de custo, com suas respectivas programações físico financeira. Aqui são preparados orçamento de receitas, de pessoal, estoque, compras, além de diversas planilhas de acerca de sobras, refugos, quebras, perdas, capital de giro, transportes.

b) O orçamento de caixa que prevê as entradas e as saídas de caixa.

c) O orçamento de investimento de capital, que é feito para a compra de equipamento de instalações.

2.4 Principais Controles Aplicados nas Empresas Contábeis

2.4.1 Contabilidade

Como na maioria das empresas a contabilidade é a ferramenta de controle que deve figurar com maior atenção.

É tarefa dos contadores transformar dados obtidos da contabilidade em informação.

Comparada com a contabilidade da maioria dos clientes, a da empresa contábil é extremamente simples, contudo precisa-se que sejam elaborados mensalmente Balancete e Fluxo de Caixa, Demonstrativos de Contas a receber e a Pagar, além da demonstração do resultado do exercício.

2.4.2 Relatórios gerenciais

Sendo as empresas de contabilidade prestadoras de serviços, faz-se necessário medir a produtividade do seu pessoal.

Uma das formas mais fácil de medir a produtividade do pessoal é fazer relatórios mensais em que sejam evidenciadas as horas de trabalho gastas na elaboração de cada trabalho e quanto foi conseguido por elas em termos de retorno financeiro.

Esses números devem ser comparados periodicamente com o que foi planejado no orçamento.

Outra forma de controle é a utilização de gráficos, para comparação de dados, que foram propostos em um orçamento, com o os dados reais obtidos em um determinado período.

2.4.3 Apuração do Custo dos Serviços

Na apuração dos custos faz-se necessário segregar contabilmente as despesas administrativas com gastos que compõem os custos dos serviços prestados. Assim Rosa e Futida (2005, p.149), elencou gastos ligados à produção que podem ser agregados a o custo do serviço como segue:

- a) Parte maior da despesa com aluguel apropriada através de rateio;
- b) Transporte e alimentação dos funcionários;
- c) Reembolso de combustível gasto no atendimento aos clientes;
- d) Internet banda larga;
- e)Telecomunicações (fax, telex e telefone) da empresa;
- f) Correio e comunicação referentes ao envio de documentos;
- g) Gastos com energia elétrica;
- h) Custo com pessoal, incluso os encargos;

- i) Depreciação dos equipamentos utilizados na prestação de serviços;
- j) Manutenção de centro de processamento de dados impressos ou de softwares;
- k) Leasing de equipamentos usados na prestação de serviços;
- l) Curso de formação de mão de obra (atualização).

São despesas administrativas:

- a) Assinaturas de revistas, jornais e periódicos;
- b) Compra de livros técnico;
- c) Parte do pagamento de aluguel e consumo de energia elétrica apropriada por rateio;
- d) Despesa com manutenção e limpeza do escritório;
- e) Despesa com copa e cozinha em geral.

Além dessa segregação convém separar os diversos departamentos (contábil, Fiscal, RH, consultoria e comercial) e, após levantar o custo direto de cada um, procurar distribuí-lo entre os clientes que são atendidos por esses departamentos, evitando dessa forma, por exemplo, que clientes sem empregados sejam onerados pelos custos do departamento pessoal.

2.4.4 Contrato de prestação de serviços

É importante que sejam elaborados um contrato formal de prestação de serviço com seus clientes, para que no futuro não haja distorções referentes à execução dos trabalhos e aos preços estipulados dos honorários contábeis.

De acordo com o Código de Ética Profissional de Contabilidade, Resolução nº 803 de 10-10-1996, deve ser feita na forma escrita, por meio de um contrato que fazem duas partes: O contratado, -profissional de serviços contábeis e a empresa contratante, o cliente.

2.4.5 Cobrança

Ao estabelecer os seus honorários, o profissional de contabilidade deve levar em consideração vários aspectos de cada cliente:

- a) Os segmentos de cada cliente;
- b) A estrutura administrativa;
- c) O volume de documentos manuseados;
- d) O número de funcionários;

O número de bancos operados, juntamente com o tipo de operações que o cliente realiza, (empréstimos, seguros, desconto de duplicatas, cobranças bancárias caucões, etc.).

e) Ainda na determinação do valor do honorário, deveram ser considerados os custos com as assessorias e as consultorias nas áreas tributária, financeira e de administração de pessoal.

Figueiredo e Fabri (2000, p. 100) sugerem alguns aspectos para auxiliar na formação de uma política de cobrança para as empresas de contabilidade:

Cobrar é responsabilidade de todos os sócios. Assim, nas reuniões da diretoria, as estatísticas de cobrança e as contas vencidas devem ser discutidas e mostradas a todos, e divididas as responsabilidades pela cobrança das mesmas, assim como avaliadas as ações desenvolvidas no mês anterior;

Uma série de cartas automáticas de cobrança deve ser enviada aos clientes inadimplentes;

Devem ser enviados aos clientes, mensalmente, relatórios detalhados de suas contas e dos pagamentos efetuados;

Clientes inadimplentes devem ser incentivados a assinar notas promissórias. Isso faz com que o cliente se entenda com o Banco, tirando do contador a responsabilidade pela cobrança;

O serviço de ver suspenso quando o cliente tornar-se inadimplente por muitos períodos.

2.4.6 Arquivo de documentos

O objetivo do arquivo é facilitar a consulta dos usuários às informações ou às comprovações, quando necessário ou solicitado por alguém.

Para evitar problemas de localização de documentos, a empresa de contabilidade deve ter um padrão para arquivá-los.

Qualquer circulação de entrada ou saída de documentos da organização deverá ser protocolada em livro, ou sistema eletrônico da organização contábil.

Os prazos para manutenção e guarda variam de acordo com o tipo dos documentos.

No departamento contábil, em geral, a guarda dos documentos deverá ser mantida pelo período de cinco anos.

O livro diário, DIPJ, DIRF, Notas Fiscais e faturas de agência de empregos, construção civil, empresa de vigilância, deverão ser mantidos por prazos mínimos de 10 anos.

Os documentos fiscais, bem como faturas duplicatas, guias recibo e todos os demais documentos relacionados com imposto, deverão ser conservados, no mínimo, pelo prazo de cinco anos, e, quando relativos a operações ou prestações objetos de processo pendente, até sua decisão definitiva, ainda que esta seja proferida após o prazo.

Segundo o art. 193 do Decreto nº33. 118/9, o novo titular assumirá também a responsabilidade pela guarda, conservação e exibição ao fisco dos livros fiscais já encerrados pertencentes ao estabelecimento.

Igualmente, segundo o art. 221 do mesmo diploma legal, os livros fiscais serão conservados, no mínimo, pelo prazo de cinco anos, contados da data de seu encerramento e, quando contiver escrituração relativa a operações ou prestações objeto de processo pendente, até sua decisão definitiva, ainda que esta seja proferida após o prazo.

Quanto aos documentos relativos ao departamento pessoal, existem diversos prazos a seguir:

Deverão ser mantidos por três anos: folha de votação de eleições da Cipa (Portaria SSMT nº 23/83), cadastro geral de empregados e desempregado (Portaria MTB nº 1.022/92, art. 1º § 2º).

Deverão ser mantidos por cinco anos: cartões de ponto, fichas ou livros de ponto, recibos de pagamento, recibo de adiantamento, guias de recolhimento de contribuição sindical e assistencial, relação de contribuição sindical e assistencial, atestado médico, solicitação de abono de férias, recibo de gozo de férias e vale transporte, autorização para desconto não previsto em lei, Contrato de trabalho, termo de rescisão contratual, aviso prévio, pedido de demissão (art. 7º, Inc XXIX, da CF/88).

Deverão ser mantidos por dez anos: documentos relativos à fiscalização do INSS, recibo e ficha de salário família, atestados médicos relativos ao afastamento por

incapacidade ou salário maternidade (art. 47, § 1º e art. 71 do ROCSS, Decreto nº 356/91, com relação dada pelo Decreto nº 612/92 e art. 82, parágrafo único e art. 92, § do RBPS, Decreto nº 357/91 com redação dada pelo Decreto nº 611/92.

Deverão ser mantidos por 30 anos: guias de pagamento, guia de recolhimento de contribuições previdenciárias, todos os documentos relativos ao FGTS (ART.23 § 5º da Lei nº 8.036/90 e art.55 de seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 99.684/90).

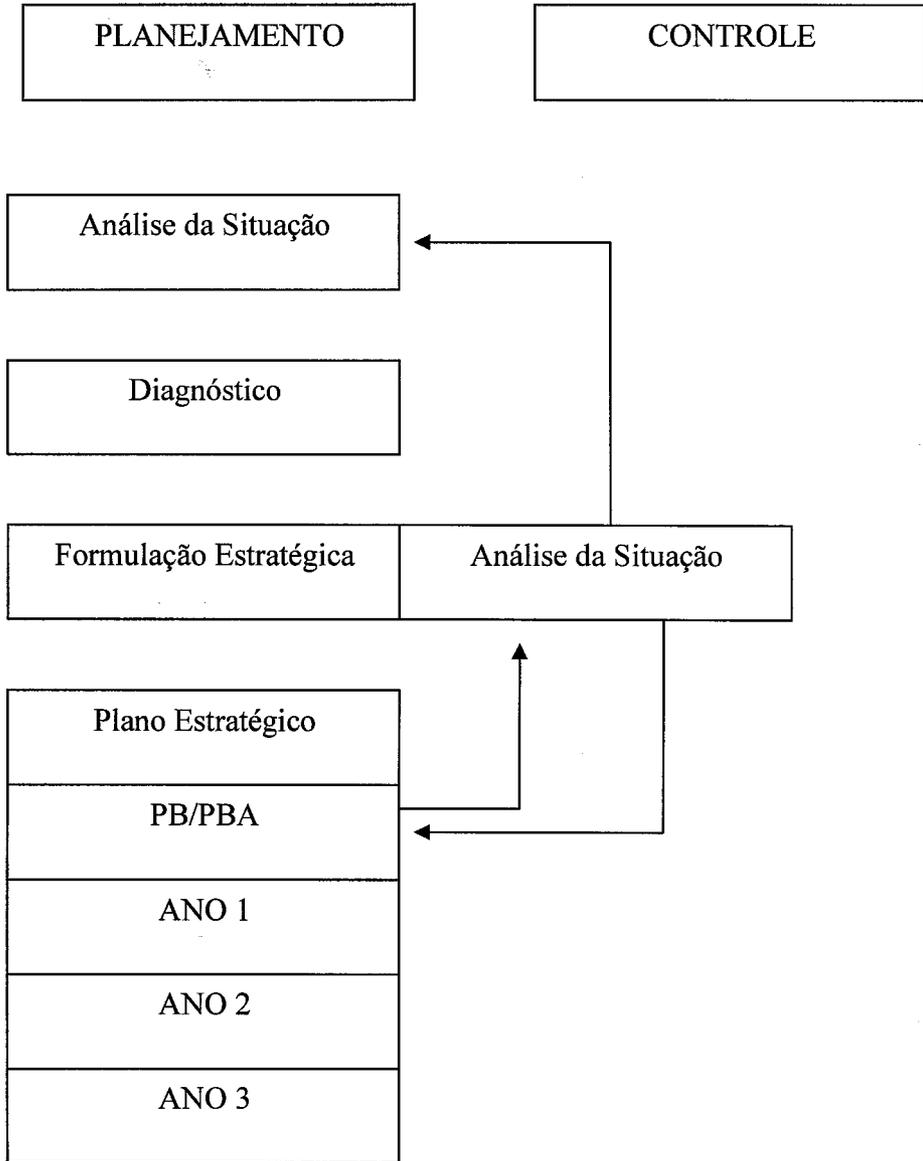
Deverão ser mantidos por prazo indeterminado: Considera-se ser conveniente que os livros ou fichas de registro de empregados e RAIS sejam guardados por prazo indeterminado.

2.4.7 Planejamento empresas contábeis

Como vimos no capítulo 2.3.2.3, o planejamento é imprescindível, pois por meio dele fazemos um uso mais eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros de que dispomos, além de adquirir maior segurança para realizar nossos propósitos.

Nas empresas contábeis não é diferente, sem planejamento fica difícil gerir com bom desempenho e direcionar as funções da organização.

Assim será apresentada uma proposta simples do esboço de um processo de planejamento que pode ser aplicado em empresas contábeis. Figueiredo e Fabri (2000, p.64).



a) Análise da situação

Avaliação da situação e definição das possíveis alternativas que possibilitem a concretização das expectativas de um nível superior ao atual.

b) Diagnóstico

Consiste no resultado da análise da situação, estabelecendo os pontos-chaves que merecem particular atenção na formulação estratégica. Indica a posição atual sobre “onde estou, como estou, e como posso ir”.

c) Formulação estratégica

Combina e formaliza as principais decisões adotadas com base no diagnóstico e condicionadas pela expectativa do nível superior.

d) Plano estratégico

Subdividem-se em várias etapas:

d.1) Plano básico (PB)

Este plano é elaborado a partir da situação real do mês de setembro de cada ano, abrangendo período projetado de 15 meses, a saber:

De outubro a dezembro (“arranque”), que, juntamente com os nove meses reais, acumulados até setembro, constituem-se no total do ano base;

De janeiro a dezembro do ano seguinte, que corresponde ao PB propriamente dito, sendo que o prazo de vigência vai de janeiro a junho, devendo-se entender como prazo de vigência o período em que os resultados nele prognosticados serão confrontados com os realizados.

d.2) Plano básico (PBA)

Com base em nova realidade, tanto no que diz respeito a aspectos macroeconômicos, como no tocante ao próprio ramo da atividade da empresa, efetuam-se os devidos ajustes no plano básico, originando dessa forma o Plano Básico Ajustado.

O Plano Básico Ajustado é elaborado com base na situação real do mês de março de cada ano, sendo que o período de abril a junho constitui-se o de “arranque” e o período de junho a dezembro o da vigência do plano.

e) Finalização do plano estratégico

Etapa final do processo de planejamento, em que se traduzem em termos econômico-financeiros os objetivos e estratégias formulados em etapa anterior.

A atividade de controle é exercida mediante a avaliação de distorções entre os quadros econômico-financeiros reais e aqueles que foram formulados no Plano Básico e/ou Plano Ajustado/ Plano Estratégico. Principalmente no que se refere aos resultados econômicos e movimentações financeiras, deve-se buscar as justificativas para as principais variações.

Aprovada a formulação estratégica, desenvolve-se a etapa de elaboração de PE, que em todos os casos deve cobrir uns períodos mínimos de quatro anos, cujo primeiro ano é o PBA.

f) Informe de resultados

Informações de controle mediante execução do informe mensal de resultados para avaliação de distorções entre os quadros econômico-financeiros reais e aqueles que foram formulados no PB/PBA.

3. ANALISE DOS DADOS

O presente capítulo se destina à apresentação dos resultados da pesquisa de campo, que abordou a coleta de dados junto a empresas de contabilidade. Para se obter informação, das empresas que aceitaram participar da pesquisa, foi utilizado um questionário.

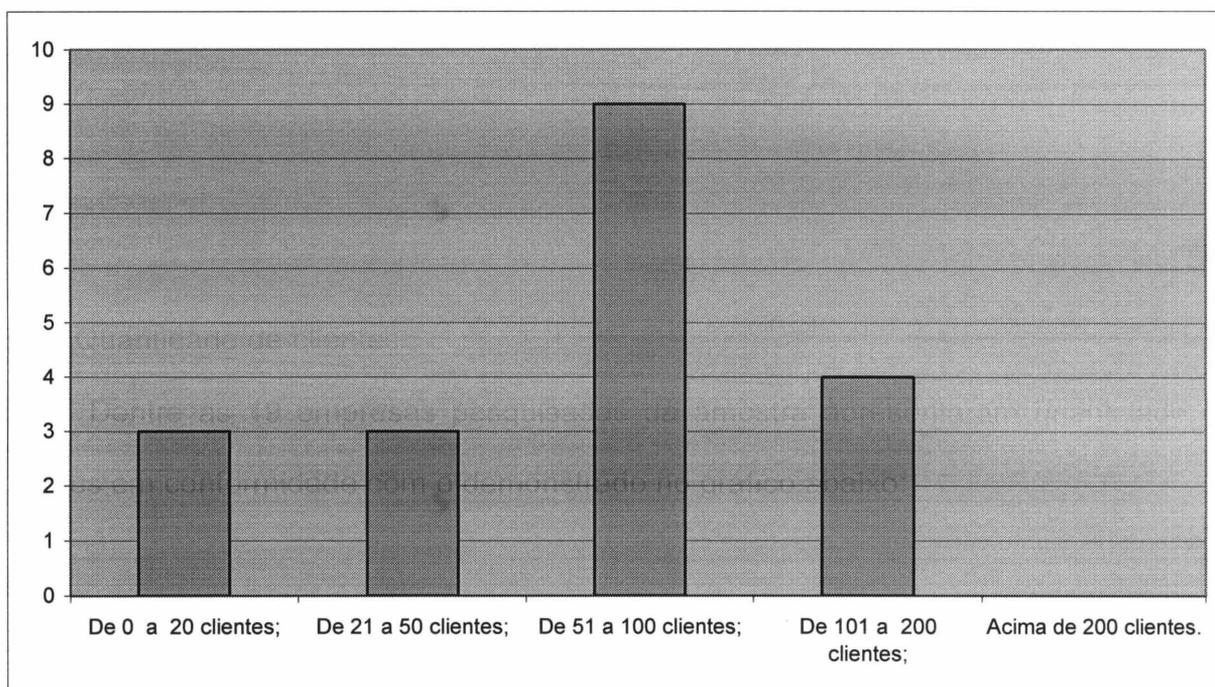
3.1 Empresas Pesquisadas

Foram selecionadas 136 empresas do ramo de contabilidade que constavam na pagina amarela a Lista Editel Curitiba e Região Metropolitana, edição 2008, localizadas no município de CURITIBA/PR. Desse conjunto foi possível contato com 106 empresas, das quais se dispuseram a receber o questionário 50 empresas, destas retornaram 19 questionários respondidos.

Segundo informações recebidas via E-mail do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRC-PR. existem atualmente em Curitiba 700 (setecentas) empresas de contabilidade.

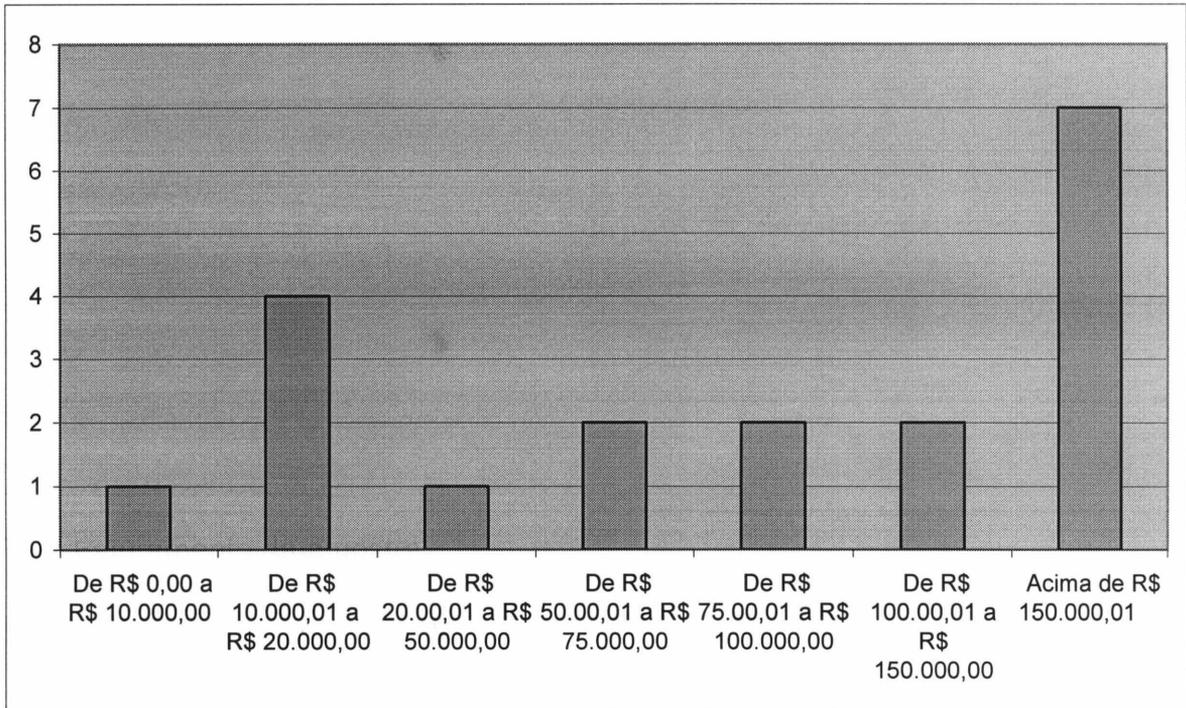
3.1.1 Quantidade de clientes

Dentre as 19 empresas pesquisadas da amostra apresentaram quantidade de clientes em conformidade com o demonstrado no gráfico abaixo:



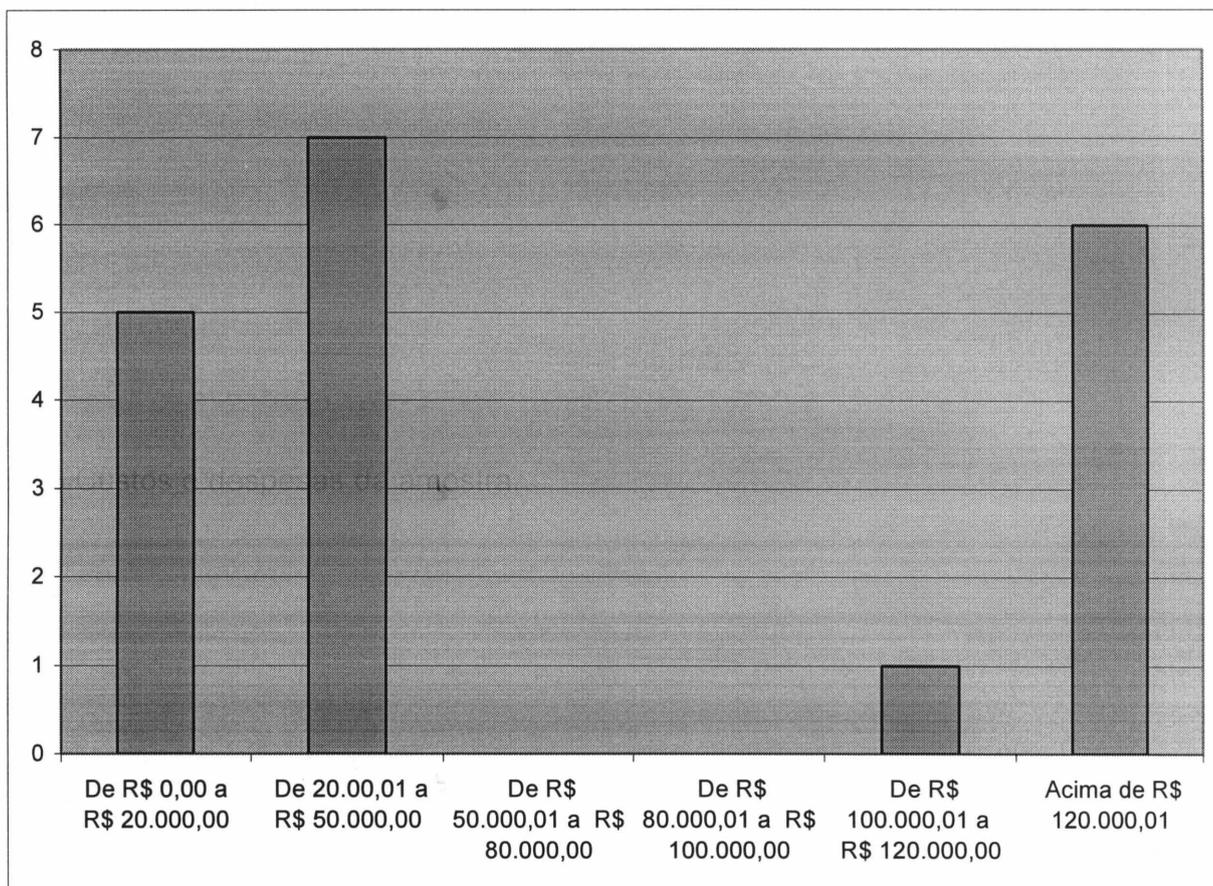
Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.2 Faturamento da amostra.



Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.3 Custos e despesas da amostra.



Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.4 Lucratividade das empresas pesquisadas.

Receita	Custo Despesas	Lucro Prejuízo	% Lucro
20.000,00	50.000,00	(30.000,00)	-150%
20.000,00	50.000,00	(30.000,00)	-150%
10.000,00	20.000,00	(10.000,00)	-100%
75.000,00	120.000,00	(45.000,00)	-60%
20.000,00	20.000,00	-	0%
20.000,00	20.000,00	-	0%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%
100.000,00	50.000,00	50.000,00	50%
100.000,00	50.000,00	50.000,00	50%
50.000,00	20.000,00	30.000,00	60%
150.000,00	50.000,00	100.000,00	67%
150.000,00	50.000,00	100.000,00	67%
75.000,00	20.000,00	55.000,00	73%
200.000,00	50.000,00	150.000,00	75%

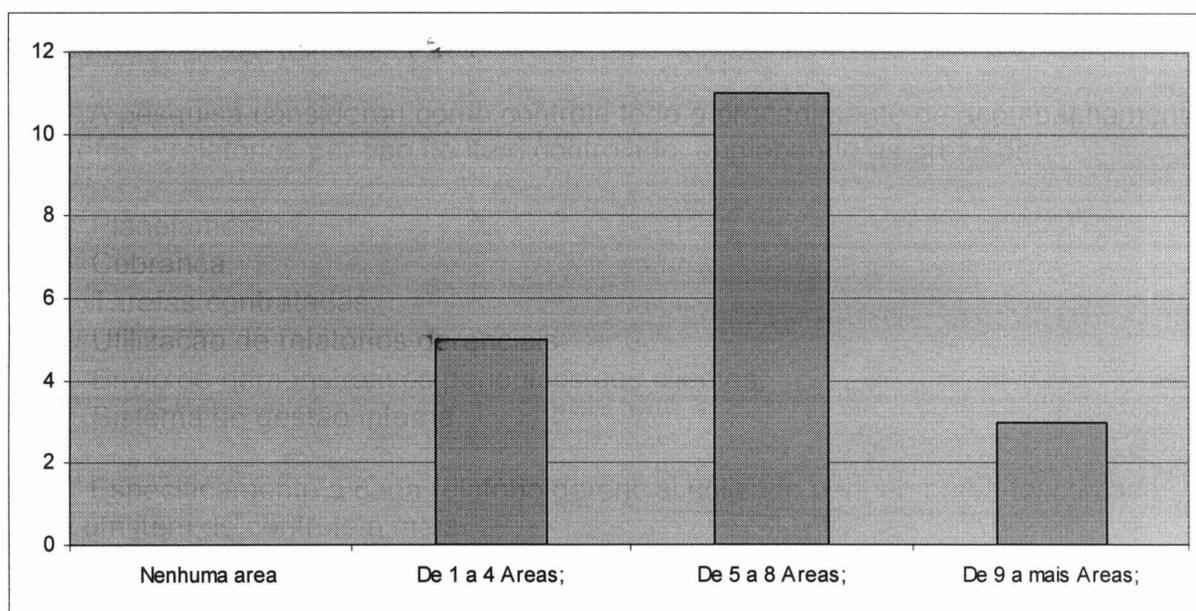
Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.5 Controle nas empresas pesquisadas.

A pesquisa considerou como controle todo o procedimento de acompanhamento de tarefas e relatórios por tipo de item controlado, englobando as áreas de:

- Planejamento;
- Cobrança;
- Tarefas contratadas;
- Utilização de relatórios gerenciais;
- Envio de demonstrativos periódicos aos clientes;
- Sistema de gestão interna.

Especificamente a cada relatório gerencial utilizado pela empresa foi contado como um item de controle a mais.



Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.6 Comparativo do Controle x Lucratividade das empresas pesquisadas.

Da comparação com o faturamento informado e os custos e despesas informados obtivemos a lucratividade conforme demonstrado no item 3.1.4, e assim elaborar o seguinte quadro:

COMPARATIVO CONTROLE X LUCRO					
Receita	Custo Despesas	Lucro Prejuízo	% Lucro	Qtde de Controles	Qtde de Clientes
20.000,00	50.000,00	(30.000,00)	-150%	7	100
20.000,00	50.000,00	(30.000,00)	-150%	7	100
10.000,00	20.000,00	(10.000,00)	-100%	3	50
75.000,00	120.000,00	(45.000,00)	-60%	7	100
20.000,00	20.000,00	-	0%	6	20
20.000,00	20.000,00	-	0%	10	50
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	4	100
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	4	100
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	8	200
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	7	200
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	7	100
200.000,00	150.000,00	50.000,00	25%	18	200
100.000,00	50.000,00	50.000,00	50%	5	100
100.000,00	50.000,00	50.000,00	50%	4	50
50.000,00	20.000,00	30.000,00	60%	3	20
150.000,00	50.000,00	100.000,00	67%	7	20
150.000,00	50.000,00	100.000,00	67%	6	100
75.000,00	20.000,00	55.000,00	73%	5	100
200.000,00	50.000,00	150.000,00	75%	10	200

Fonte: elaborado pela pesquisadora

3.1.7 Resultado da pesquisa

Analisando o item 3.1.8 se depreende que a quantidade de controle não influencia decisivamente para a existência de lucratividade, tendo em vista que há lucratividade em empresas com poucos controles e pouca lucratividade em empresas com controles acima da média.

O resultado surpreendeu a pesquisadora, pois se esperava que as empresas que utilizassem mais controles apresentassem mais lucratividade em relação às empresa não aplicassem a mesma quantidade.

4 CONCLUSÃO

Este estudo procurou centrar-se na aplicação do controle nas empresas de contabilidade, verificando se a aplicação do controle em maior ou menor grau tem um impacto relevante no resultado dessas empresas.

Visando os objetivos propostos, realizou-se inicialmente uma revisão da bibliografia, com a finalidade de conhecer de forma prática a aplicabilidade do controle neste ramo empresarial, passando pelo conceito de controle até a sua utilização como ferramenta gerencial.

A farta bibliografia existente sobre o tema e o fato de que a contabilidade ser um elemento fundamental de controle permitiu inicialmente supor que as empresas de contabilidade aplicariam fortemente o controle em suas atividades, porém, a não constatação dessa suposição surpreendeu a pesquisadora, devido às empresas apresentarem poucos controles e alguns rudimentares.

Na revisão bibliográfica foi possível verificar que o conceito de controle mais adotado é o de que, controle é um processo pelo qual se verifica a conformidade do realizado com o esperado.

A pesquisa permitiu constatar ainda que apesar de ser esperado que o controle seria impactante nos resultados das empresas, demonstrou-se que no caso e na amostra pesquisada não é possível afirmar categoricamente que o controle em maior grau tem relação relevante com a rentabilidade das empresas pesquisadas.

Através da pesquisa foi possível analisar as formas de controles existentes nas empresas de contabilidade e dentre os mais citados encontram-se os seguintes:

- a) Fluxo de caixa;
- b) Controles guias de impostos em geral contribuições e obrigações entregues;
- c) Acompanhamento de serviços em relatórios mensais;
- d) Relatórios de contas a pagar e receber;
- e) Relatórios de serviços a serem executados;
- f) Relatório de custos/despesas fixos do escritório, mensalmente;
- g) Faturamento;
- h) Custos;
- i) Investimentos;
- j) Balancetes gerenciais;
- k) Relatórios com análises verticais;
- l) Check list de documentos recebidos;
- m) Relatórios de inadimplentes;

Como se tratou de um estudo exploratório, em que as empresas foram selecionadas em função da conveniência do pesquisador, sem preocupação com rigor da representatividade da amostra não é possível realizar inferências para a população de empresas de contabilidade na cidade de Curitiba ou no país, o que representa uma limitação da pesquisa, inerente a metodologia utilizada.

Possíveis desdobramentos deste trabalho envolvem a aplicação do mesmo questionário a uma amostra representativa da população. A replicação da pesquisa

com diversidade geográfica também pode ser útil, para procurar detectar características regionais que interfiram na forma como as empresas de contabilidade realizam seus controles.

Acredita-se que a contribuição desta monografia tenha sido mostrar que apesar de as empresas de contabilidade serem executoras do registro contábil de seus clientes, constituindo-se assim em agentes do controle, aplicam poucos controles na gestão da própria empresa de contabilidade. O controle e a decisão de implantá-lo é tarefa estratégica e envolve desdobramentos no longo prazo, requerendo dos gestores contábeis uma visão mais ampla do seu negócio.

6 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70ª, 1979.

BRISOLA, Josué. Uma Contribuição ao Estudo do Controle Aplicada as Organizações. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 1990.

FABRI, Pedro E. e FIGUEIREDO Sandra. Gestão de empresas contábeis. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2000.

FUTIDA Honório R. e ROSA José A. Administração da empresa contábil. Gerencia e operações. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

GARRISON, Ray H. e NOREEN, Eric W. Contabilidade Gerencial. 9. ed. Washington LTC EDITORA, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4 ed. São Paulo, Editora Atlas S/A, 2002.

HENDRIKSEN Élson S. e BREDA Michael F.V. Teoria da contabilidade. 5 Ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1999.

HORNGREN, Charles T. [et al]. Contabilidade Gerencial. Tradução por Elias Pereira. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim Normas da ABNT. 2 ed.(ano2003),5ª tir./ Curitiba: Juruá, 2007.

IUDÍCIBUS de Sergio.(Coord.). Contabilidade introdutória. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1977.

IUDÍCIBUS de Sergio. Teoria da contabilidade. 7 Ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2004.

MOSIMANN Clara P. e FISCH Sílvio. Controladoria. Seu papel na administração de

empresas. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1999.

NAKAGAWA Masayuki. Introdução a controladoria. Conceitos, sistemas, implementações. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1993.

THOMÉ Irineu. Empresas de Serviços contábeis. Estrutura e funcionamento. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2001.

APENDICE A – QUESTIONARIO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

UFPR/ DPTO DE PÓS GRADUAÇÃO
Pesquisa sobre empresas de contabilidade

Nome da empresa:

1) Quantidade de clientes em 31/12/2007:

- De 0 a 20 clientes;
- De 21 a 50 clientes;
- De 51 a 100 clientes;
- De 101 a 200 clientes;
- Acima de 200 clientes.

2) Número de funcionários em 31/12/2007:

- nenhum funcionário;
- De 1 a 10 funcionários;
- De 11 a 20 funcionários;
- De 21 a 50 funcionários;
- acima de 50 funcionários.

3) Valor da folha de pagamento em dezembro/2007:

- De R\$ 0,00 a R\$ 5.000,00
- De R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 15.000,00
- De 15.000,01 a R\$ 30.000,00
- Acima de R\$ 30.000,01

4) Receita total da empresa no ano de 2007.

- De R\$ 0,00 a R\$ 10.000,00
- De R\$ 10.000,01 a R\$ 20.000,00
- De R\$ 20.000,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 75.000,00
- De R\$ 75.000,01 a R\$ 100.000,00
- De R\$ 100.000,01 a R\$ 150.000,00
- Acima de R\$ 150.000,01

5) Qual/quais as Áreas de atuação da empresa?

- contabilidade
- auditoria
- perícia
- consultoria
- Outros, cite: _____

6) Quais as áreas ou setores internos em que empresa está subdividida?

7)A empresa utiliza internamente relatórios gerencias? Quais os principais?

8)A empresa fez planejamento para 2008? Quais os principais itens focados no planejamento?

9)Quais são as demonstrações mensalmente enviadas aos clientes?

- Balancete
- Balanço
- Demonstração do resultado do exercício
- Fluxo de caixa
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados
- Outros.Cite _____

10)Qual o percentual de clientes que pagam os honorários em dia?

- De 91% a 100%
- De 81% a 90%
- De 71% a 80%
- Menos de 71%

11)Como é realizada a cobrança financeira, de seus clientes?

- Através de boleto bancário;
- Em carteira;
- Cobrança terceirizada;
- Outra forma. Cite: _____

12)Como é realizada a coleta e envio dos documentos dos clientes para a empresa e vice-versa?

- Moto boy da empresa de contabilidade
- Moto boy clientes
- Sócio/funcionário da empresa de contabilidade.
- Sócio/funcionário do cliente.
- Outra forma.Qual?

13) De que forma/recipiente ou ordem é realizado/organizado o arquivo dos documentos dos clientes?

14) Qual o local de armazenamento destes documentos?

- No escritório de contabilidade
- No estabelecimento dos clientes
- Em outro local. Cite _____

15) A empresa possui sistema informatizado de gestão interna?

- Sim, Cite _____
- Não.

16) Qual o percentual de clientes com contrato de prestação de serviços, formalizado por escrito?

- De 91% a 100%
- De 81% a 90%
- De 71% a 80%
- Menos de 71%

17) Qual foi o total do custo e despesas da empresa como um todo no ano de 2007?

- De R\$ 0,00 a R\$ 20.000,00
- De 20.00,01 a R\$ 50.000,00
- De R\$ 50.000,01 a R\$ 80.000,00
- De R\$ 80.000,01 a R\$ 100.000,00
- De R\$ 100.000,01 a R\$ 120.000,00
- Acima de R\$ 120.000,01

18) Existe controle de acompanhamento dos serviços executados pelos funcionários?

- Sim, Cite _____
- Não.